



Diálogos no Atlântico Sul: intelectuais, exílios, encontros e desencontros*.

Gilson Brandão de Oliveira Junior**

Apresentação

O presente trabalho expõe o caminho interpretativo utilizado em uma pesquisa em curso que estuda a pluralidade e a circulação das ideias de intelectuais subalternos atuantes nas margens meridionais do Atlântico, desde o imediato pós-segunda-guerra, até o início do conflito armado promovido pelos países colonizados contra Portugal. Diferentemente do que poderia sugerir a usual ênfase dos estudos sobre a escravidão, a aproximação entre essas margens perdurou muito além do fim do período escravagista, reconfigurando-se ao longo do século XX, com influências recíprocas profundas. Entretanto, as representações desse passado compartilhado eram temas constantemente debatidos por estes intelectuais, sobretudo diante da persistência do salazarismo e do colonialismo, pois buscavam repensar as combalidas ideias de nação vigentes até então. Constantemente obliteradas pela historiografia tradicional, as *mensagens* promulgadas pelos intelectuais subalternos são demasiadamente importantes por trazerem leituras alternativas às narrativas hegemônicas, principalmente quando se trata de momentos como este, eivado de agudas incertezas. Por isso, os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa estão ajustados a este objetivo e serão descritos adiante. A análise dos *exílios* e dos diversos fluxos a que foram submetidos, sejam os intelectuais e/ou as suas ideias, serão interpretados como catalisadores da aproximação entre as margens, instigadores de profícuos *encontros* e *desencontros*. Mas, já adentrando em nossa discussão, resta-nos explicitar aqui, o porquê da nossa escolha em focalizar a nossa análise nas relações Brasil-Angola.

Os diálogos entre Brasil e Angola são longevos. As conexões entre as margens do Atlântico Sul construíram-se paulatinamente, mediante um colonialismo secular e

* Esboço da apresentação da tese (em processo de elaboração) intitulada *Agostinho da Silva e Agostinho Neto: exílios, encontros e desencontros entre intelectuais no Atlântico Sul*. Os custos de deslocamento e acomodação para a participação no XXVIII Simpósio Nacional de História foram financiados pela Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – PROPGPI.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), sob orientação do Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria, e professor de História da África vinculado ao Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (CEHU-UFOB).

cumulativo no qual a escravização de africanos deu a tônica das relações, desde o século XV até o XIX. Sintoma deste forte vínculo foram os protestos que circularam em Angola quando da emancipação do Brasil, ressoando na aspiração em ‘aderir à sua causa’, ensejo que resultou na exigência, por parte da coroa portuguesa, da assinatura de uma declaração na qual os representantes do novo Estado se comprometeriam a não anexar qualquer colônia sua em troca do reconhecimento da independência¹.

De qualquer forma, tal proibição não ameaçou romper as consistentes afinidades nutridas entre as margens meridionais do Atlântico: mesmo com a severa política de controle imposta por Portugal em seus domínios africanos após a perda do Brasil², e do latente senso de decadência dela decorrente³, tais contatos foram mantidos diante da extinção oficial do comércio de escravizados (c. 1850) por meio do trato clandestino – o mesmo se pode dizer dos demais tipos de relações, já que elas nunca se resumiram aos empreendimentos escravagistas.

Não obstante, a segunda metade do século XIX assistiu a alterações substanciais. O sistema classificatório ocidental, emergente desde a época moderna, recebia a sua mais acabada versão com as teorias racialistas oitocentistas⁴. Este contribuíra para a destruição gradativa das estruturas políticas autóctones nos espaços coloniais, mediante a sua etnização⁵ e consequente dominação pela difusão de neotradições⁶ inspiradas em

¹ ALEXANDRE, 1993. No que tange à nossa temática, a longevidade dos exílios e dos encontros literários entre as margens do Atlântico Sul encontra antecedentes entre os poetas arcades inconfidentes enviados, temporária ou permanentemente, para as colônias de Angola e Moçambique no interstício dos séculos XVIII-XIX (Cf. MACÊDO, 2002).

² ALEXANDRE, 1980.

³ MATOS, 1998.

⁴ Em verdade, o seu fundamento manifestava-se desde períodos muito anteriores, pois, apesar da tentativa de justificar (cientificamente) as clivagens entre grupos humanos utilizando as noções homogeneizantes atinentes ao conceito “raça” ser oriunda dos séculos XVIII e XIX, Carlos Moore (2007) argumenta que ela apenas legitimou distinções precedentes, pautadas por critérios fenotípicos. Argumento similar já havia sido defendido e constatado por LÉVI-STRAUSS (1970). Já Wallerstein (2007) argumenta que a clivagem entre o mundo ocidental e os demais foi inaugurada no século XVI diante do debate entre Juan Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas sobre o direito de intervir (ou não) na vida dos indígenas americanos recém-conquistados, mas que se manteve incólume pelos séculos subsequentes. Nesse sentido, a emergência da moderna filosofia política ocidental estaria atrelada às práticas coloniais, pois o objetivo de legitimar suas ações intervencionistas coaduna a manutenção do seu poderio pela detração figurativa do Outro, através de representações (morais) antagônicas: “cristãos *versus* pagãos” no século XVI, “civilizados *versus* bárbaros” no XIX. Sobre a subalternização atinente ao conceito *negro* diante da emergência da modernidade, ver também MBEMBE, 2014.

⁵ “O fixismo étnico, introduzido pelo colonialismo, punha assim termo à indistinção e aos sincretismos originários das sociedades africanas e abria caminho ao essencialismo étnico, em que a curiosidade e o conhecimento do ‘outro’ africano justificava a sua exclusão ideológica” e a decapitação do seu poder político (AREIA, 2001, p. 379).

moldes europeus. Tal processo coincidiu com a sua inserção no continente e, em última instância, estabeleceu o colonialismo⁷ em África. Como resultado, o poderio do mundo ocidental valeu-se, até meados do século seguinte, de uma imagem auto-construída em detrimento do Outro colonial⁸.

Mas o imediato após-segunda-guerra relativizaria tais certezas por diversas razões, entre outras, a generalizada crise moral gerada pelo holocausto, que abalara quaisquer argumentos de superioridade étnica fundamentados por demandas raciais, e a participação dos colonizados naqueles conflitos, momento a partir do qual passariam a reclamar por sua auto-determinação. Assim, as décadas seguintes foram marcadas por lutas e negociações diversas que produziram a emancipação da maioria dos países africanos, quando tornou-se necessário reescrever suas histórias mediante referenciais próprios⁹.

A retomada dos contatos oficiais entre brasileiros e africanos coincide com este período¹⁰. Entretanto, as influências do seu passado conjunto foram mantidas por diversas formas nos dois lados do Atlântico Sul, ainda que, no caso das então colônias portuguesas, a reminescente ação ideológica e a vigência do colonialismo permanecesse como um desafio constante, mesmo que os seus sustentáculos ideológicos também passassem por transformações mediante a paulatina incorporação do lusotropicalismo como teoria oficial de Estado¹¹. De todo modo, tratou-se de um momento de pluralização dos discursos e alargamento das expectativas, aberto a novas possibilidades, mas também, aguerridos conflitos.

⁶ “Os colonizadores basearam-se nas tradições inventadas europeias, tanto para definir quanto para justificar os modelos de subserviência nos quais foi às vezes possível incluir os africanos” (p. 219). “As neotradições eram importantes também porque nas últimas décadas do século XIX passou a haver a necessidade urgente de tornar a atividade europeia na África mais respeitável e organizada. (...) Com o advento do governo colonial formal, tornou-se imprescindível a transformação dos brancos em membros de uma classe dominante convincente, com o direito de defender sua soberania não só pela força das armas e do capital, como também através do seu *status* consagrado pelo uso e outorgado pelas neotradições” (RANGER, 2002, p. 223).

⁷ “Pertencem às ‘novidades linguísticas’ do século XX os termos colonialismo (sistema de expansão e dominação colonial; teorias e doutrinas coloniais e ainda, na língua portuguesa, ‘interesse, paixão das coisas coloniais’) e colonialista (...). Estes dois últimos termos revelam uma dimensão classificatória, adquirem densidade teórica e naturalmente também um sentido pejorativo, pois concentram os princípios e os valores fundadores e estruturantes das ideologias e das políticas que sustentam e materializam os projetos europeus de dominação colonial do século XX” (HENRIQUES, 2014, p. 47).

⁸ PRATT, 1999.

⁹ FEIERMAN, 1993.

¹⁰ MENEZES, 2001, RODRIGUES, 1964 e SARAIVA, 1997.

¹¹ CASTELO, 1998.

É este, então, o contexto de interesse desta pesquisa: o período após-guerra, as conexões diversas motivadas por variados exílios, a crise de antigas certezas e a aspiração por outros paradigmas culturais. Pretendemos interpretar a pluralidade e a circulação das ideias que pululavam no interstício do após-guerra e o início da guerra anticolonial em Angola, por meio da análise dos pensamentos de dois importantes intelectuais atuantes no Atlântico Sul em meados do século XX: Agostinho Neto e Agostinho da Silva. Tratam-se de linhas distintas de pensamento que se construíram sincronicamente, que possivelmente dialogaram com elementos comuns e que estariam polvilhadas por afinidades e diferenças¹². Ademais, ambos parecem dialogar com um problema comum: a persistência do colonialismo salazarista.

A análise cruzada dos itinerários dos protagonistas elencados também se ajusta ao intuito de tentar compreender suas características específicas, pois, além de coetâneas, suas trajetórias transpõem-se e são análogas em alguns aspectos significativos: ambos passaram por processos de ruptura mediante o *exílio*, diante dos quais teceram significados e sentidos diversos para o conceito de *nação*; ambos mantiveram contatos, mesmo indiretamente, com gerações de intelectuais angolanos e brasileiros que puseram-se espontaneamente a dialogar em meados dos anos 1950; e, a par dessas variadas experiências, ambos criaram ideias novas para problemas atrelados à vigência do salazarismo. Assim, poder-se-á pensar se haveria um vocabulário político próprio neste Atlântico Sul, ao passo em que se investiga e inventaria parte deste pensamento crítico luso-afro-brasileiro característico do após-guerra. Trata-se, contudo, de uma proposta que almeja fomentar o pensamento limiar¹³, direcionando-se das margens para o centro do debate político.

Intelectuais – questões conceituais, teóricas e metodológicas

Associada à nova história política (ou história do político¹⁴), a renovada história dos intelectuais¹⁵ procura problematizar dicotomias generalizantes, ao revalorizar a

¹² Tal perspectiva está de acordo com DETIENNE, 2001.

¹³ Cf. MIGNOLO, 2003.

¹⁴ Refiro-me a *Por uma história política* de René Rémond (2003) e a *Por uma história do político* (2010) de Pierre Rosanvallon.

¹⁵ Cf. SIRINELLI, 2003.

experiência¹⁶ dos sujeitos, reconhecendo a pluralidade dos seus pontos de vista, dos contextos e contatos variados, dentre diversos atores sociais etc.

Na perspectiva adotada por este trabalho, estes são instrumentos importantes por relativizar as categorias e as representações consagradas pela historiografia tradicional, ao permitir que coloquemos em relevo a ação de indivíduos e grupos dissonantes às usuais leituras hegemônicas dos processos históricos. Entretanto, apesar da sua proposta de inovação e da nobreza das suas intenções, esta *nova* história política se apega profundamente a *velhos* pressupostos epistemológicos do universalismo europeu. Ao elencar a democracia¹⁷ e a modernidade¹⁸ como pilares da sua investigação, a presente renovação historiográfica acaba por reiterar os principais fundamentos do universalismo europeu, inaugurado no século XVI, reconfigurado no XIX e reajustado no XX-XXI.

Faz-se necessário, portanto, relativizá-la ao incorporar as experiências do Outro, com o intuito de formular um conceito de humanidade verdadeiramente universal. Embora esse passo ainda se apresente como um enorme desafio para a consciência ocidental¹⁹, a fuga aos grandes temas consagrados pela historiografia tradicional já são estratégias preconizadas pela renovada história do político, ao pautar as suas investigações no âmbito das culturas políticas²⁰. Consequentemente, sem uma reavaliação epistemológica profunda, tal perspectiva não passará de mais uma entre as

¹⁶ No duplo sentido aplicado ao termo: “o conhecimento reunido a partir de conhecimentos passados, seja pela observação consciente, seja pela consideração e pela reflexão; e um tipo específico de consciência, que pode, em alguns contextos, ser distinto de ‘razão’ ou de ‘conhecimento’” (WILLIAMS, 2007, p. 172).

¹⁷ Recorro, mais uma vez, à análise de Immanuel Wallerstein, que interpreta o clamor democrático e humanitário dos finais do século XX e início do XXI como continuidade da retórica do poder eurocêntrico diante do restante do mundo: “A pergunta ‘quem tem o direito de intervir?’ vai direto ao cerne da estrutura moral e política do sistema-mundo moderno. Na prática, a intervenção é um direito apropriado pelos fortes. Mas é um direito difícil de legitimar e, portanto, está sempre sujeito a questionamentos políticos e morais. Os interventores, quando questionados, sempre recorrem a uma justificativa moral: a lei natural e o cristianismo no século XVI, a missão civilizadora no século XIX e os direitos humanos e a democracia no final do século XX e início do século XXI” (2007, p. 59). Ver também, RANCIÈRE, 1996.

¹⁸ A *modernidade* também faz parte da interpretação de Immanuel Wallerstein, sendo apreendida como princípio de legitimação da civilização ocidental em relação às *outras*: “Só a ‘civilização europeia’, com raízes no mundo greco-romano antigo (e para alguns também no Velho Testamento) poderia produzir a ‘modernidade’. E como se dizia que, por definição, a modernidade era a encarnação dos verdadeiros valores universais, do universalismo, ela não seria meramente um bem moral, mas uma necessidade histórica. (...) as outras civilizações avançadas pararam em algum ponto de sua trajetória e, portanto, foram incapazes de se transformar numa versão da modernidade sem a intromissão de forças externas (ou seja, europeias)” (2007, p. 66).

¹⁹ Cf. MBEMBE, 2001.

²⁰ “(...) a matéria desta história do político, qualificada como ‘conceitual’, não pode, portanto, se limitar à análise e ao comentário de grandes obras. Ela toma de empréstimo a preocupação de incorporar o conjunto de elementos que compõem este objeto complexo que é uma cultura política. (...) é a um nível ‘bastardo’ que se deve apreender o político, no entrelaçamento das práticas e das representações” (ROSANVALLON, 2010, p. 86-87). Sobre esta matéria, ver também BERSTEIN, 1998.

diversas modas historiográficas renovadas, ainda carentes de autocrítica e alteridade suficientes para transgredir o eurocentrismo²¹ sobre o qual estão assentadas. Esses são princípios fundamentais para reclamarmos *por outra história dos intelectuais*²².

Recuperemos então o conceito gramsciano²³ de intelectual orgânico, pois, por seu intermédio é possível verificar a pertinência de condutas anti-hegemônicas e a promoção de visões alternativas aos paradigmas vigentes. Por sua intercessão também é lícito questionar as assimetrias políticas (e epistemológicas) que mantém os Outros na condição de subalternos diante dos poderes hegemônicos. Tal prospecto impõe que aqueles deixem de ser apreendidos como indivíduos inermes, objetos de intervenções alheias e passem a ser encarados como sujeitos das suas próprias escolhas e ações. Isso não significa ignorar as assimetrias a que foram historicamente submetidos, tampouco enaltecer a sua vitimização. A análise das suas trajetórias é útil para vislumbrar leituras alternativas que contribuam para a construir uma “gnose limiar”²⁴ e o questionamento das epistemologias alicerçadas pelo velho universalismo europeu.

²¹ “Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes sejam sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (QUIJANO, 2005, p. 126).

²² A utilização do termo *outro* deve ser apreendida de maneira polissêmica. Quando reclamo ‘por *outra* história’ não pretendo, absolutamente, que esta proposta interpretativa inviabilize ou ignore os aprendizados das demais. Utilizo tal adjetivo como recurso aos habituais termos “novo” ou “uma”, os quais trazem consigo qualquer coisa de decisivo ou irrevogável. Pois, se analisarmos na longa duração, assiste-se continuamente à alternância de usos, desusos e o ressuscitar de modas e vanguardas investigativas. Mas também, se analisarmos sincronicamente, diversas perspectivas analíticas (antagônicas ou não) coexistem em diferentes temporalidades, por exemplo, no que tange à própria emergência da história do político: o grupo de René Rémond e o grupo dos *Annales* – os quais não mantinham consideráveis ligações entre si – desenrolaram-se, em realidade, por trajetórias paralelas. Além disso, o termo *outro* diz respeito ao Outro colonial e à possibilidade de incorporar as suas perspectivas como alternativas às noções hegemônicas – eurocênicas e pretensamente universalistas – ao integrar as abordagens dos estudos culturais e das teorias pós-coloniais. Mas, ao utilizar este termo, também faço alusão a *outras* concepções que, mesmo oriundas da Europa, acabaram, por ventura, sendo negligenciadas pela renovada história do político.

²³ Nos *cadernos do cárcere* Gramsci postulou que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (2004, p. 18), distinguindo-os em duas categorias fundamentais: os intelectuais *tradicionais* e os intelectuais *orgânicos*. Os primeiros se caracterizariam por associar-se a determinados grupos sociais que, embora reclamasse plena autonomia, seriam “representantes de uma continuidade histórica” da inteligência pré-burguesa, como os membros do clero e os da aristocracia, marcados por sua habitual ausência nos movimentos sociais. Já os segundos se distinguiriam por exercer funções culturais, educativas e organizativas que visavam assegurar a hegemonia da classe que representam. Profundamente inseridos nos arranjos societários, eles seriam os responsáveis por conceber interesses e planejar ações com o fito de adquirir mais poder e angariar maior controle social, tendo por incumbência a construção dos projetos políticos da sua classe.

²⁴ “A gnose limiar, enquanto conhecimento em uma perspectiva subalterna, é o conhecimento concebido nas margens externas do conhecimento mundial colonial/moderno; gnosiologia marginal, enquanto

Ademais, pontos de vistas originais não se elevam somente a partir dos Outros coloniais, mas também dentre os Outros metropolitanos, cujas trajetórias, pensamentos e imposturas podem revelar perspectivas antagônicas às pretensas hegemonias políticas. Por isso se faz necessário apreender estes Outros como agentes históricos, como intelectuais propriamente ditos, os potenciais protagonistas da *outra história* almejada²⁵.

Entretanto, o que permite definir os distintos protagonistas como intelectuais? Esta palavra é utilizada desde o início do XIX, mas teve o seu significado profundamente alterado ao longo deste século. Ela era empregada inicialmente para caracterizar indivíduos argutos que se destacavam pelo uso das suas faculdades mentais, da sua *inteligência*, termo ao qual é aparentado etimologicamente. Todavia, com o passar dos anos, o vocábulo em questão passou a ser maculado por um teor demasiadamente pejorativo, decorrente de “um tipo crucial de oposição a grupos envolvidos com o trabalho intelectual, que ao longo do desenvolvimento social haviam conquistado certa independência em relação às instituições estabelecidas” (WILLIANS, 2007, p. 236).

Estes são, portanto, os primeiros atributos alusivos ao termo: o anseio por autonomia, emancipação e liberdade diante das normativas hegemônicas que, naquele momento, eram representadas pelas instituições que legitimavam o Estado e a sua Razão. Posteriormente, o vocábulo passou a tipificar os sujeitos que combinavam essas características exordiais com certa aspiração política, pois

somente na última terça parte do século XIX foram descritos coletivamente como ‘intelectuais’ ou ‘a intelligentsia’: de 1860 em diante, numa turbulenta Rússia czarista, depois numa França abalada pelo caso Dreyfus. Em ambos os casos, o que parecia torná-los reconhecíveis como grupo era a combinação

discurso do saber colonial, concebe-se na intercessão conflituosa de conhecimento produzido na perspectiva dos colonialismos modernos (retórica, filosofia, ciência) e do conhecimento produzido nas perspectivas das modernidades coloniais na Ásia, África, nas Américas e no Caribe. A gnosiologia limiar é uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento a partir tanto das margens internas do sistema mundial colonial/moderno (conflitos imperiais, línguas hegemônicas, direcionalidades de traduções etc.), quanto nas margens externas (conflitos imperiais com culturas que estão sendo colonizadas, bem como etapas subsequentes de independência e colonização). (...) Enquanto epistemologia é uma conceitualização e reflexão sobre o conhecimento articulado em harmonia com a coesão das línguas nacionais e a formação do estado-nação, a gnose limiar constrói-se *em diálogo com* a epistemologia e *a partir de* saberes que foram subalternizados nos processos coloniais imperiais” (MIGNOLO, 2003, p. 33-34).

²⁵ Pois “estamos convencidos de que la historiografía elitista debiera ser combatida desarrollando un discurso alternativo basado en el rechazo del monismo espurio y anti-histórico característico de su visión del nacionalismo indio y en el reconocimiento de la coexistencia e interacción de los ámbitos de la política de la élite y la de los subalternos” (GUHA, 2002, p. 40).

Assim sendo, a origem do termo está atrelada à combinação de atividades cognitivas e culturais, mas também a um irrevogável teor político decorrente da sua atuação pública autônoma. Consequentemente, este conceito conserva profundas correlações com a noção de *ação política*. Daí se pode inferir que, desde os princípios do século XX, sua conduta crítica contribuiu para controverter os paradigmas estatais convencionais, do mesmo modo que as acepções sobre o seu próprio significado passaram a ser constantemente postas em debate.

Entre as suas diversas definições, os dois tipos de consciência intelectual (tecnocrática e humanística) preconizados por Antônio Gramsci parecem manter relações com a distinção entre os *ideólogos* e os *expertos* realizada por Norberto Bobbio²⁶. Já a definição de Julien Benda²⁷, do intelectual apartado das disputas sociopolíticas, portador de uma verdade inexorável, contrasta com a noção de ação política defendida seja por Jean-Paul Sartre²⁸ (engajamento) ou, diferentemente, por Michel Foucault²⁹ (transgressão). Ela também parece ser criticada por Pierre Bourdieu³⁰, quando este detrata a postura de retraimento em uma “torre de marfim”. Entre todas elas percebemos, em proporções variadas, a presença de vestígios da sua definição proemial: o desejo de autonomia, emancipação e liberdade. Estes são aspectos característicos das ações dos protagonistas Agostinho da Silva e Agostinho Neto.

Creio que em cada uma das conceituações relacionadas acima há variações semânticas e acepções diversas às quais podem suscitar reflexões úteis aos investigadores das trajetórias dos intelectuais. Assim sendo, a tarefa de demarcar a sua definição não é, como afirmou Sirinelli, “um falso problema”³¹. O lugar sociocultural-epistemológico de onde o intelectual fala faz toda a diferença; sobretudo, quando este

²⁶ Cf. BOBBIO, 1997.

²⁷ Cf. SAID, 2005.

²⁸ Cf. SARTRE, 1994.

²⁹ Cf. FOUCAULT, 2001.

³⁰ Cf. BOURDIEU, 1991.

³¹ “(...) o debate entre as duas definições [sociocultural e do engajamento] é em grande medida um falso problema, e o historiador deve partir da definição ampla, sob condições de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

(ainda) não tem voz, mas se apropria dos instrumentos de sua espoliação para reivindicar as prerrogativas de falar e ser ouvido³².

Estes instrumentos relacionam-se ao papel desempenhado pela instituição escolar na formação dos intelectuais. Concebido inicialmente como mecanismo de dominação e integração³³, o sistema escolar também foi responsável pelo acirramento e dinamização dos processos de transculturação³⁴ e pela profusão de variados tipos de intelectuais nas colônias: desde aqueles que assistiam à burocracia colonial (expertos) até os jornalistas, escritores etc. (ideólogos), os quais, lenta e paulatinamente, passaram a integrar-se nas questões políticas coloniais – como parece ser o caso de Agostinho Neto. Pode-se dizer que o mesmo se passou nas metrópoles, já que a atuação crítica dos intelectuais transgredia a função normatizadora das instituições escolares donde adquiriam boa parte da sua formação – como parece ser o caso de Agostinho da Silva. Não por acaso, Gramsci lembra-nos que é esta a instituição responsável pela constituição dos intelectuais³⁵.

Há, entretanto, de modo geral, distinções entre os intelectuais metropolitanos e os intelectuais das áreas coloniais. Estes últimos caracterizam-se por serem constantemente cerceados pelos colonialistas, pois, mesmo aqueles declarados assimilados, considerados distintos em relação às massas por contemporizarem com os valores dos colonizadores, nunca conseguiram alcançar a condição de superioridade desfrutada por estes. Foi a esta constatação que chegou o intelectual tunisiano Albert Memmi ao identificar a construção dialética das imagens do colonizador e do colonizado, as quais, tendo em vista a manutenção do colonialismo, se caracterizariam por manter entre si um distanciamento antagônico que perpetuaria a detração e a marginalização do último³⁶. Tal empreendimento é interpretado aqui como continuidade

³² Cf. SPIVAK, 2010.

³³ BOURDIEU, 2014, p. 297.

³⁴ “ (...) termo [utilizado] para descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (PRATT, 1999, p. 30).

³⁵ “A escola é o instrumento para elaborar intelectuais dos diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a ‘área’ escolar e quanto mais numerosos forem os ‘graus verticais’ da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado” (GRAMSCI, 2004, p. 19).

³⁶ “A existência do colonialista está por demais ligada à do colonizado, jamais poderá superar essa dialética. Precisa negar, com todas suas forças, o colonizado e, ao mesmo tempo a existência de sua vítima lhe é indispensável para continuar a ser o que é. Desde que escolheu manter o sistema colonial, deve procurar defendê-lo com mais vigor do que seria necessário para recusá-lo. Desde que tomou consciência da injusta relação que une o colonizado, é preciso que se empenhe sem tréguas em absolver-

das assimetrias inauguradas pela modernidade setecentista (cristão x pagão; civilizado x bárbaro; colonizador x colonizado), as quais acabaram por silenciá-los e colocá-los na condição subalterna.

Este fator deve ser seriamente levado em consideração: dadas às suas peculiaridades históricas, é imprudente tentar inserir os *intelectuais subalternos*³⁷ em uma definição presumivelmente “ampla e abrangente”, já que essa também não estaria isenta de valores preconcebidos. Argumentar pela isenção de valores com o intuito de restituir “as complexidades” do contexto analisado é uma ambição louvável, como costumam preconizar os historiadores vinculados às renovadas histórias do político e dos intelectuais, embora a aspiração por objetividade não seja, de modo algum, garantia de imparcialidade.

Por isso, é necessário fazer ouvir a voz do Outro, não através da sua representação ou do seu agenciamento, mas mediante o seu próprio testemunho. Diante da (re)emergência do método biográfico³⁸, que valoriza as experiências individuais, e das análises prosopográficas³⁹, que as reordenam com o fito de lhes perscrutar questões comuns, essa tarefa torna-se amplamente viável. Apesar das fontes que conservam a genuinidade do seu pensamento estarem geralmente dispersas, seja devido ao acaso/descaso, ou por motivo de recolhimento/destruição/perseguição política, elas devem ser rastreadas para que o “mineiro” possa exercer o seu ofício⁴⁰.

Contudo, a despeito das suas asserções e pressuposições, é no aspecto metodológico que a renovada história do político pode melhor contribuir para escrever outra história dos intelectuais: mediante a utilização de dados biográficos com finalidades prosopográficas, e da recomposição e cotejamento entre diferentes

se. (...) Mas não sairá deste círculo: é preciso explicar a distância que a colonização estabelece entre ele e o colonizado; ora, a fim de justificar-se, é levado a aumentar mais ainda essa distância, a opor irremediavelmente as duas figuras, a sua tão gloriosa, a do colonizado tão desprezível” (MEMMI, 1967, pp. 57-58).

³⁷ É importante frisar que a categoria de *subalterno* deve ser apreendida de maneira heterogênea, e este termo “não pode ser usado para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado. (...) O termo deve ser resgatado, retomando o significado que Gramsci lhe atribui ao se referir ao ‘proletariado’, ou seja, aquele cuja voz não pode ser ouvida. (...) [Há, portanto,] o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro” (ALMEIDA, 2010, p. 12-13).

³⁸ Cf. LEVI, 1989 e CAINE, 2010.

³⁹ Cf. STONE, 2011.

⁴⁰ “Quem trabalha com a história dos intelectuais é ameaçado pelo que se poderia chamar de síndrome do mineiro, de tal forma a abundância do material a ser tratado torna atuais estas frases de Tocqueville: ‘Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro’” (SIRINELLI, 2003, p. 244-245).

itinerários intelectuais, pode-se averiguar a pluralidade dos discursos e a circulação das ideias na esfera política durante o processo de descolonização. Este é explicado, geralmente, por descrições simplistas pró ou anticoloniais, e a apreensão das ações dos intelectuais constantemente sucumbe a leituras dicotômicas e estatizantes, centradas na reiterada figura do colonizador e do colonizado. É importante lembrar que intelectuais europeus (anti-hegemônicos) também foram acuados pelos mesmos regimes que praticaram o colonialismo nos trópicos. Muitos deles exilaram-se, seja por motivo de perseguição política ou por resistência cultural, e produziram ideias originais e versões alternativas relativas aos mesmos eventos – como parece ser o caso de Agostinho da Silva. Assim, o cruzamento e cotejamento das visões desses intelectuais subalternos provenientes das metrópoles e das colônias podem amplificar a pluralidade das complexidades atinentes aos contextos em que atuaram, concorrendo para o almejado “pensamento limiar”. As dissonâncias das suas ações problematizam os automatismos classificatórios que insistem em definir apressadamente uns e outros por meio das categorias consagradas: os europeus, geralmente atrelados aos colonizadores, e os africanos, aos colonizados. É importante considerar que houve intelectuais favoráveis à (ou favorecidos pela) colonização entre os ditos colonizados. E que nem todos os que vivam sob um regime colonialista necessariamente compactuavam com este tipo de prática estatal. Por isso, a análise cruzada das suas condutas e imposturas pode manifestar desconcertos reveladores de tais complexidades.

A valorização das experiências dos sujeitos como vetores das realidades circundantes se ampara no “fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p. 25). Por essa razão a prosopografia cruzada, amparada pela interface dos itinerários de intelectuais metropolitanos e coloniais, poderá amplificar ainda mais os efeitos dessa outra história que estamos propondo. Tal perspectiva valoriza também o encontro, almeja o pensamento limiar e pode, por isso, contribuir para a construção de ‘outro’ conceito de universalismo efetivamente humano.

Exílios

Partimos do pressuposto que os exílios têm impactos variados na vivência e na construção dos pontos de vista dos intelectuais⁴¹. Mas o tipo e a vivência do exílio teceriam significados específicos em cada um dos protagonistas estudados.

Para Agostinho Neto, angolano nascido na aldeia de Cachicane, que mais tarde estudara no Liceu Salvador Correia na capital da colônia, Luanda, o deslocamento para a metrópole em busca de modalidades de estudos superiores inexistentes em sua terra natal proporcionou o encontro com distintos companheiros oriundos de outras partes do império, com quem compartilhava das agruras do colonialismo e os fundamentos da crítica anticolonial que, em consonância com aqueles que permaneceram, teceram a angolanidade.

Já Agostinho da Silva, português nascido na fronteira com a Espanha (Barca d'Alva) engajado desde jovem em movimentos que clamavam pela regeneração nacional (*Renascença Portuguesa* e *Seara Nova*), graduou-se e doutorou-se em Letras no Porto; tendo pesquisado no exterior, regressou professor, mas logo foi proibido de lecionar em instituições públicas por discordar da Lei Cabral (1935), passando então a promover uma ação pedagógica popularizante por meio da edição e distribuição dos *Cadernos de Divulgação Cultural* (motivo da sua perseguição e prisão pela PIDE). Para ele, o autoexílio no Brasil significaria, por um lado, a sobrevivência da sua atividade cultural e, por outro, o reconhecimento em nosso país da (re)existência daquele Portugal livre e inventivo que ele procurara na origem: a sua interpretação da portugalidade.

Verifica-se que as condições e as motivações do deslocamento são distintas em cada um dos casos: no primeiro, foi a busca por instrução que levou o jovem Neto para a metrópole; no segundo, era a sobrevivência cultural de Silva que estava em questão. Poder-se-ia questionar, em ambos os casos, haver ou não margem de *escolha*. Entretanto, havendo ou não alternativas, suas trajetórias caracterizam-se conjuntamente por dois aspectos. O primeiro é que a experiência do exílio foi responsável por transformar as concepções de *nação* nutridas anteriormente por cada um deles. O segundo é que ambos não estavam sozinhos: diversos foram os angolanos, moçambicanos, tomenses, guineenses e cabo-verdianos que migraram para Portugal, bem como os portugueses que migraram para o Brasil e alhures. Além disso, estes não

⁴¹ Pois “a maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, um cenário, um país; os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos, e essa pluralidade de visão dá origem a uma consciência de dimensões simultâneas” (SAID, 2003, p. 59), que vê “as coisas não apenas como elas são, mas antes como se tornaram o que são” (*idem*, 2005, p. 67-68).

foram os únicos movimentos diaspóricos existentes naquela conjuntura, nem a sua ação foi exclusiva ou extraordinária⁴².

Neste ínterim, é importante lembrar que as informações sobre os indivíduos podem ser contrastadas a processos mais amplos que marcam a sua individualidade (identidade política) diante da sua inserção em amplos círculos de sociabilidade. Marcados por experiências comuns (identidade terminal) e pelo compartilhamento de referenciais cronológicos e etários compatíveis, as suas trajetórias tornam-se representativas de círculos de sociabilidade específicos e, por isso, podem ser interpretadas como vetores das relações atinentes aos grupos de intelectuais a que estão vinculados.

Assim sendo, a concomitância dos processos e o compartilhamento de experiências, marcados pelas singularidades históricas características do período pós-guerra, impõe que verifiquemos a conformação e a inserção destes dois intelectuais em gerações distintas: Neto vincula-se então à *Geração da Mensagem* (também conhecida como *Geração de 1950*⁴³, ou *Geração da Utopia*⁴⁴), enquanto Silva integra a *Pequena Diáspora Lusitana*⁴⁵ ou *A Missão Portuguesa no Brasil*⁴⁶.

No plano individual, o exílio teria promovido alterações em seus pontos de vista. Mas em um plano alargado, tal experiência os teria unido a outros intelectuais que, mesmo indiretamente, compartilharam vivências e promoveram intercâmbios político-culturais entre as duas margens do Atlântico Sul.

Agostinho da Silva ostenta elementos de uma cultura que se mantém voltada para o passado, como bem expressou Eduardo Lourenço⁴⁷. Porém, a decisão de deixar Portugal diante do salazarismo não foi uma atitude exclusivamente sua: diversos outros intelectuais, conterrâneos seus, migraram para outros países da Europa, da América e também para o Brasil. Em seu caso, as condições de exílio proporcionaram venturosas aproximações culturais-intelectivas com Salim Miguel e o *Grupo Sul* (CIRCA – Círculo de Arte Moderna, de Santa Catarina), mas também com Edgard Santos na Bahia que, em último caso, deu origem ao CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais). Além disso,

⁴² Cf. GROPPPO, 2002 e DEMARTINI; CUNHA, 2015.

⁴³ SERRANO, 2001, 2005.

⁴⁴ PEPETELA, 2013.

⁴⁵ LOURENÇO, 2003.

⁴⁶ CÂNDIDO, 2003.

⁴⁷ LOURENÇO, 1999.

o sentido atribuído aos desígnios dos seus projetos de nação, fomentados e trazidos de Portugal, também seria reinterpretado no (e pelo) Brasil.

Talvez pelo fato de ter sido o primeiro presidente de Angola independente, a figura de Agostinho Neto acabou por ser reinterpretada, teleologicamente, como protagonista do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Tal posição adensa-se quando se leva em consideração o prestígio conferido ao médico, miticamente associado ao ‘nganga’, ao ‘cura’ espiritual, principalmente entre as massas populares, acostumadas a celebrar os anciãos e os grandes conhecedores do saber tradicional⁴⁸. Entretanto, sua liderança efetiva se deu a partir do interstício dos anos 1950-60, sobretudo, diante da eclosão da guerra anticolonial. Mas, no período estabelecido por este estudo, Neto participava de um círculo de jovens intelectuais do qual faziam parte, entre outros, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade, Antônio Jacinto e Viriato da Cruz⁴⁹; este último, responsável por fundar o partido e escrever o seu manifesto, manteve anteriormente constantes contatos com intelectuais brasileiros, de quem recebia clandestinamente remessas de livros e materiais proibidos por serem considerados subversivos em Angola. Assim, Agostinho Neto é interpretado aqui como figura representativa de toda uma geração que, a partir do exílio, sentiu o desterro da terra natal, as agruras do colonialismo e esboçou novos sentidos para a nação, fomentando a angolanidade.

Portanto, esta perspectiva que enfatiza comparativamente as dimensões do exílio reitera a urgência de captar as ações, as relações e as mudanças, além de reconstruir o lugar do Outro e atentar à necessidade de dar conta dos fluxos, das múltiplas interconexões e dos diversos atores envolvidos⁵⁰. Desse modo poder-se-á compreender a pluralidade de ideias produzidas em um mesmo contexto, ao analisarmos o processo individual de construção dos pensamentos dos protagonistas e, mediante o exame das suas ações, verificar as distintas atitudes tomadas frente a problemas comuns: ambos divergiram do discurso hegemônico do colonialismo português, mas propuseram providências diversas, incompatíveis entre si nalguns momentos, mas dialógicas noutros.

Encontros

⁴⁸ SERRANO, 2010.

⁴⁹ SERRANO, 2012.

⁵⁰ LOBO, 2012, p. 15.

Nos primeiros anos da década de 1950 estabeleceu-se um frutífero intercâmbio entre intelectuais angolanos e brasileiros que alimentou, nas duas margens do Atlântico, sonhos, expectativas, e projetos políticos e culturais. Tratava-se de jovens que buscavam outras orientações e paradigmas culturais após o término da segunda guerra. O que eles tinham em comum? A intenção de elevar suas vozes e opinar sobre as diversas tendências emergidas no após-guerra, sobretudo no que dizia respeito às relações no sul do hemisfério, diante da queda dos paradigmas culturais eurocêtricos e dos clamores favoráveis à descolonização da África e da Ásia.

Em 1944, mesmo ano em que Agostinho da Silva migrou para a América do Sul após ser libertado da prisão de Aljube, e de Agostinho Neto concluir os estudos secundários em Luanda, foi inaugurada em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império.

Supostamente uma dependência do aparelho ideológico do Estado, a CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante espaço cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam os estudantes das colônias que viviam na metrópole. Com ligações estreitas à oposição portuguesa e particularmente (sic) ao PCP [Partido Comunista Português], numa primeira fase, a maioria dos sócios foi-se envolvendo na luta contra o Estado Novo. Mas a tomada de consciência anticolonial iria ditar, a prazo, a sua participação nos movimentos de libertação africana (CASTELO, 2010, p. 14-15).

Em 1948 esta agremiação passou a editar um boletim cultural intitulado *Mensagem*, onde eram veiculadas as ideias dos seus principais membros através de poemas, ensaios, artigos, contos etc. Este também foi ano em que Agostinho Neto estabeleceu-se em Lisboa e que Agostinho Silva fixou-se no Brasil. Mas também se trata do ano em que, simultaneamente, nas duas margens do Atlântico Sul, dois grupos de intelectuais iniciaram as suas atividades.

Em Luanda instaurou-se o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), cujo lema era *vamos descobrir Angola!* No contexto global, Angola permanecia atrelada ao colonialismo no após-guerra e, localmente, Luanda vivia a intensificação do processo de colonização que lhe provocara sensíveis alterações espaciais, urbanísticas e sociais. Tais vicissitudes eram tema frequente nas obras realizadas pelos intelectuais vinculados a este grupo-geração, que buscava alterar os paradigmas coloniais e desenvolver uma literatura – mas também artes plásticas e

música – eminentemente angolana. Sua atividade literária desenvolveu-se por variados (e perseguidos) meios, mas o principal veículo das suas ideias foi a *Revista Mensagem*⁵¹.

Em 1948 surgia no Brasil a *Revista Sul* do Círculo de Arte Moderna, coletivo de intelectuais que começara a atuar na mídia catarinense no ano anterior – também conhecido como *Grupo Sul*. No contexto global, nosso país passava por um processo de redemocratização no pós-guerra e, localmente, os intelectuais catarinenses reclamavam pelo seu isolamento em relação às vanguardas circulantes nos grandes centros. Buscavam combater os referenciais culturais vigentes, procurando difundir o modernismo em Santa Catarina em contraposição aos artistas e acadêmicos parnasianos. Desenvolveram atividades culturais variadas, tais como o teatro, as artes plásticas e o cinema, mas a literatura era o principal veículo agregador das suas ideias, difundida por meio dos *Cadernos Sul* (1948-1957)⁵².

Entre o início da década de 1950 e o ano de 1957, houve trocas e influências recíprocas entre os *Novos Intelectuais de Angola* e os participantes do *Grupo Sul*⁵³. Mas também houve contatos entre os mensageiros de Angola e em Portugal, proporcionando fluxos diversos entre todas essas comunidades de intelectuais. Tais encontros caracterizam-se por compatibilidades, incompatibilidades e influências recíprocas.

Durante este mesmo período, Agostinho da Silva participou da criação de diversas instituições acadêmicas e eventos culturais no Brasil. Mas também atuou diretamente na *Revista Sul*, ao publicar poemas nas mesmas edições em que participaram os mensageiros angolanos, além de editar um livro de memórias⁵⁴ que consta entre as únicas sete publicações deste grupo editorial.

Em Lisboa desde 1948, Agostinho Neto envolveu-se profundamente nas atividades da CEI e no boletim cultural *Mensagem* – nome que, como vimos, também batizou a revista editada pelo MNIA e por isso cognominou este grupo-geração. Embora haja distinções entre os mensageiros de Luanda e de Lisboa, todos eles mantinham

⁵¹ Apenas quatro números editados entre 1951-52. Cf. TRIGO, 1979.

⁵² Cf. SABINO, 1982.

⁵³ Cf. MACÊDO, 2002.

⁵⁴ Mateus – Maria Guadalupe (pseudônimo de Agostinho da Silva). Macaco-prego: lembranças sul-americanas. *Edições Sul*, n. 27, pp. 75-99, maio de 1956.

correspondência constante e estavam empenhados em alterar os paradigmas coloniais vigentes, delineando a pretendida angolanidade⁵⁵.

Ainda que nenhum dos nossos protagonistas esteja diretamente vinculado às iniciativas dos intercâmbios mantidos entre as margens meridionais atlânticas, é importante salientar que ambas as agremiações foram importantes para o fomento e gestação de muitas das suas ideias.

No caso de Agostinho Neto, embora não tenha entrado em contato diretamente com o Brasil por meio do Grupo Sul, presumimos que a sua articulação com os membros do MNIA foi importante para a sua formação política e cultural. E, no caso de Agostinho da Silva, apesar da sua inserção no Grupo Sul não ter sido exaustiva, suspeitamos que a sua participação tenha importância para o seu protagonismo conquistado nos empreendimentos políticos e culturais no estado de Santa Catarina⁵⁶, bem como para a forma com que ele viria a relacionar-se com o continente africano de 1957 em diante.

Mas este ano também encerrou os intercâmbios, pois marcou o fim da *Revista Sul* no Brasil, e o início do *Caderno Cultura*⁵⁷ em Angola; e, sobretudo, foi a partir deste momento que novos intelectuais de Angola passam a articular-se em organizações que futuramente darão origem ao MPLA.

Admitida, assim, a importância de cada um dos intelectuais e a sua representatividade diante das suas respectivas gerações, do mesmo modo, os diálogos e as rupturas promovidas pelo Grupo Sul e pelo MNIA são significativas, pois seus variados vínculos com os protagonistas estudados denotam a dinamização e a pluralidade das ideias no Atlântico Sul neste contexto de após-guerra. Tratam-se de jovens autores oriundos das duas margens atlânticas que buscavam expressar-se por meio de uma literatura própria, autêntica, representativa dos seus pensamentos e angústias, e que atuaram como intelectuais ao criticar e romper com velhos paradigmas estatais.

⁵⁵ “Estes [de Lisboa], sentindo mais profundamente o desterro, (...) incentivados pelo neo-realismo literário da geração coimbrã do ‘Novo Cancioneiro’, sobretudo, praticavam uma poética mais intervencionista, de denúncia mais aberta, com um discurso bastante mais tenso. Todavia, nela existe a mesma busca incessante da identidade, o desejo de afirmação, que se notam nos mensageiros luandenses” (TRIGO, 1979, p. 82).

⁵⁶ Desde meados dos anos 1950 foi Secretário de Cultura deste estado, além de cofundador da UFSC e de institutos integrados a esta universidade.

⁵⁷ *Cultura* é uma revista que surgiu em Luanda, em 1957, com o intuito de dar seguimento aos propósitos da *Mensagem*.

Atrelados a eles, de um lado, temos o intelectual angolano engajado com seu movimento, convertido em partido após a conquista da emancipação mediante a força das armas; de outro, o intelectual português, atuante em circuitos culturais e instituições estatais no Brasil, que subverteu paradigmas ao fomentar relações adormecidas há mais de um século entre este país e o continente africano. A seu modo, cada qual se caracterizou por atitudes autônomas e visão crítica de mundo, promotoras de pensamentos originais naqueles tempos.

Entretanto, embora o encontro suscite o diálogo a partir de questões coetâneas, os intelectuais e os movimentos também se baseiam e ponderam subsídios pregressos. Não obstante, nas lutas em prol da descolonização, a alteração de paradigmas é latente. Georges Balandier sugere que a “situação colonial” deva ser interpretada, não como um “choque de culturas” fundamentado eminentemente por relações econômicas, mas como uma totalidade complexa e heterogênea pautada por relações dinâmicas que caracterizam a historicidade das sociedades africanas⁵⁸. Diferentemente de Sartre⁵⁹, que à mesma época explicou os movimentos emancipatórios africanos como o surgimento de uma nova história, a interpretação de Balandier sugere que os movimentos desta nova geração seria uma retomada da iniciativa dos jornalistas nativistas protonacionalistas do interstício dos séculos XIX-XX, os quais são, por sinal, frequentemente referenciados pelos *novos intelectuais de Angola*⁶⁰.

Já no caso de Agostinho da Silva, a sua busca por outros referenciais nacionais também reflete algumas das preocupações das gerações anteriores, mormente associadas à crise de identidade dos anos 1870-90 e ao decadentismo português oitocentista como um todo. Inspirado ainda por problemas suscitados pelos movimentos culturais portugueses da primeira metade do século XX mencionados anteriormente, desde a sua vinda para o Brasil Agostinho da Silva passou a reinterpretar o papel de Portugal e a atribuir ao seu novo país a sua ‘missão histórica’ de edificar a tão sonhada e redentora comunidade luso-afro-brasileira.

⁵⁸ “Analisando a noção de situação colonial, mostramos como as mesmas crises sofridas pelas sociedades colonizadas constituem várias saídas que nos deixam ver não somente os fenômenos de contato e dominação, como também as antigas estruturas destas sociedades. (...) É, efetivamente, por ocasião de tal conjuntura que se percebem com nitidez as incompatibilidades e discordâncias, os conflitos de interesse e os tipos de estratégia às quais podem recorrer os grupos e os indivíduos” (BALANDIER, 1993, p. 130-131).

⁵⁹ SARTRE, 1968.

⁶⁰ Cf. BITTENCOURT, 1999.

Assim, mesmo que os “encontros” suscitem o diálogo sincrônico entre ideias de lugares e épocas distintas, coadunadas em um mesmo contexto, eles também são responsáveis por promover latentes “desencontros”.

Desencontros

Cabe salientar, inicialmente, que não se deve confundir “desencontro” com “desentendimento” ou “desavença”. Aqui o termo se refere às peculiaridades dos pensamentos de cada um dos intelectuais protagonistas, e a comparação dos seus pontos de vista acerca de questões análogas.

No caso de Agostinho da Silva, pretende-se verificar as permanências e rupturas em suas preocupações e pensamentos diante da sua instalação no Brasil. A análise da sua trajetória nos ajudará a interpretar a construção da sua ideia sobre este país, sobretudo, no que tange às relações deste com o continente africano.

Ao perscrutar a atuação de Agostinho Neto em Lisboa, contextualizando, analisando e comparando os conteúdos de parte da sua obra poética⁶¹ com a sua obra ensaística, será possível verificar permanências e rupturas, subsídios para interpretarmos a construção do seu projeto de nação.

Ao apontar a presença de fundamentos inflexíveis em seus pontos de vista, demonstrar-se-á a pluralidade de ideias emergidas no contexto pós-guerra que, embora concomitantes em seu processo formativo, dialogam com questões análogas ao mesmo ambiente intelectual, e são, ao mesmo tempo, distintas àquelas propaladas pelo discurso oficial do colonialismo salazarista.

Entre os diversos aspectos a serem analisados, destacamos a questão da língua, relevante por fundamentar discussões teóricas atinentes às concepções de nação.

No caso angolano, a língua portuguesa deixou de ser considerada estrangeira ao longo da criação da nação, tornando-se uma língua *nacional*: o português de Angola. Trata-se, usualmente, de uma língua associada ao poder, suscitando o monolinguismo que, por sua vez, é advento da modernidade e da sua respectiva concepção de nação⁶².

⁶¹ “Parte importante da poesia de Agostinho Neto é, então, um documento histórico e de história, que documenta a existência, entre 1945 e 1956, do movimento popular de luta de libertação de Angola, mostrando a íntima relação entre a teoria e a prática, quer ideológica e literária, quer política, do seu autor” (LARANJEIRA, 2008, p. 111).

⁶² Cf. ANDERSON, 1989.

Assim, ao forjar a nação mediante a revolução, tudo se abalou, até mesmo a língua do colonizador. Mas foi apropriando-se dela e subvertendo-a que os novos intelectuais de Angola exprimiram ao mundo a sua *mensagem*, de ambição universal.

Já para Agostinho da Silva, a língua portuguesa também expressava uma *mensagem*, mas com significado bastante diverso, caudatário daquele proferido pela obra homônima de Fernando Pessoa: “minha pátria é a língua portuguesa”. Acreditava que a coesão da língua incrementaria a missão histórica e civilizadora de Portugal, a de implantar o Quinto Império no mundo, respaldado pelas interpretações proféticas realizadas pelo Padre Antônio Vieira e pelo abade Joaquim de Flora. O Brasil teria, contudo, a responsabilidade de implantá-lo, fomentando a comunidade luso-afro-brasileira.

Assim, em termos teóricos, os fluxos do exílio e a amplitude das suas vivências em distintas porções no mundo Atlântico ajudaram a colocar em xeque muitas das concepções de nação correntes em Portugal desde a segunda metade do século XIX: aquelas que visavam justificar e legitimar o império⁶³. Ambos os protagonistas lidaram, de maneira particularizada, com esses tipos de construção etnogenealógica da nação, além daquela que se encontrava em mutação naquela altura, inspiradas pelo lusotropicalismo freyreano.

Mas caberá refletir como cada um dos protagonistas, Agostinho Neto e Agostinho da Silva, concebiam ou “imaginavam” a nação. Ademais, a definição de nação preconizada por Benedict Anderson (1989) como “comunidade política imaginada” – a soberania da cultura nacional pautada por um ‘tempo vazio homogêneo’ de modernidade e progresso⁶⁴ –, seria adequada aos questionamentos suscitados pelas ideias desses protagonistas?

Portanto, em detrimento dos pretéritos fundamentos ideológicos de cada intelectual e do seu respectivo grupo-geração, há, em todo caso, novos discursos de

⁶³ “Em Portugal, apesar da existência de um império (...), foi entretanto como uma antropologia de construção da nação que a antropologia se desenvolveu e afirmou na cena cultural e intelectual portuguesa a partir das décadas de 1870 e 1880. De facto, por um lado – e em provável consequência da debilidade e do carácter dependente do colonialismo português –, é relativamente tardio o desenvolvimento de um interesse antropológico centrado no terreno colonial português. Este, (...) remonta ao final da década de 1950 (...). Na ausência de uma tradição antropológica de construção do império, foi como uma antropologia de construção da nação que a disciplina se desenvolveu em Portugal, (...) [marcada] pela centralidade da problemática da identidade nacional” (LEAL, 2000, p. 27-28).

⁶⁴ Cf. viés crítico de BHABHA, 1998.

autonomia concatenados à atmosfera do pós-guerra, regidos por pressupostos outros. São estes alguns dos elementos novos a serem revelados por esta pesquisa.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. O liberalismo português e as colônias de África (1820-39). *Análise Social*, Lisboa, Vol. XVI (61-62), 1980, pp. 319-340.
- _____. A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado Brasileiro (1824-1826). *Análise Social*. Vol. XXVIII (121), 1993 (2º), pp. 309-341.
- _____. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. ‘Apresentando Spivak’. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Editora Ática: 1989
- AREIA, Manuel Laranjeira Rodrigues de. ‘A etnização da África no contexto das políticas coloniais’. In: *A África e a instalação do sistema colonial - c.1885-c.1930: III reunião internacional de história de África: actas*. Maria Emília Madeira Santos (dir.). Lisboa: Centro de estudos de História e cartografia antiga, 2001.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. São Paulo, *Cadernos de Campo – Revista do PPG em Sociologia da USP*, n. 3, pp. 107-131, 1993.
- BERSTEIN, Serge. ‘A cultura política’. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- BOOBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

- BOURDIEU, Pierre. Universal corporativism: the role of intellectuals in the modern world. Tradução de Gisele Sapiro. Editado por Brian McHale. *Poetics Today*, National Literatures/Social Spaces, vol. 12, n. 04., pp. 655-669, Inverno de 1991.
- _____. ‘A ilusão biográfica’. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- _____. ‘Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe’. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção por Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Edição estabelecida por Patrick Champagne. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CAINE, Barbara. *Biography and history*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- CÂNDIDO, Antônio. ‘Prefácio’. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP; Bauru: Editora EDUSC, 2003.
- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- _____. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos [50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade] actas. Lisboa: CEA, 2010.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; CUNHA, Daniel de Oliveira. Nacionalistas e colonos do “Ultramar” português e sua presença no Brasil durante as guerras de Independência (1961-1975). In: GATTAZ, André; FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas (orgs.). *Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar*. Salvador: Editora Pontocom, 2015.
- DETIENNE, Marcel. *Comparer lo incomparable: alegato en favor de una ciencia histórica comparada*. Traduzido por Marga Latorre. Barcelona: Ediciones Península, 2001.
- FEIERMAN, Steven. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R. H.; MUDIMBE, V. Y.; O’BARR, J. (editors). *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FOUCAULT, Michel. ‘Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze’. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 69-78, 2001.

- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere. Volume 02. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Edição e tradução por Carlos Nelson Coutinho. Coedição por Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GROPPO, Bruno. Os exílios europeus no século XX. *Diálogos*, Maringá, DHI/UEM, v. 6, pp. 69-100, 2002.
- GUHA, Ranahit. *Las voces de la Historia y otros estudios subalternos*. Tradução de Gloria Cano. Barcelona: Crítica, 2002.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. ‘Colônia, colonização, colonial, colonialismo’. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- HOBBSAWM, Eric J. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LARANJEIRA, Pires. “A poesia de Agostinho Neto como documento histórico: premonição da liderança, projecto de libertação nacional e organização do movimento popular, em 1945-1956”. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (orgs.). *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- LEAL, João. *Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.
- LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales: économies, sociétés, civilisations*. n° 6; pp. 1325-1336, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. In: _____ et al. *Raça e ciência*. Tradução de Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- LOBO, Andréa de Souza. ‘Fluxos, desafios antropológicos?’. In: _____. (org.). *Entre fluxos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade, seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. ‘Pequena diáspora lusitana’. In: ABDALA JUNIOR, Benjamim (org.). *Incertas Relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- MACÊDO, Tânia. A Revista *Sul* e o diálogo literário Brasil-Angola. In: *Angola e Brasil – estudos comparados*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

- MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Tradução de A. M. Berrett, Janet Roitman, Murray Last e Steven Rendall. California: University of California Press, 2001.
- _____. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. São Paulo: Paz e Terra, 1967.
- MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo ázio-africano* (Primeira edição 1956). Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, 2001.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MOORE, Carlos. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MUDIMBE, Valentim Yves. *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Indiana: Indiana University Press, 1988.
- PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Traduzido por Jézio Gutierre com revisão técnica de Maria P. T. Machado e Carlos Valero. Bauru: Edusc, 1999.
- QUIJANO, Anibal. 'Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina'. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- RANGER, Terence O. 'A invenção da tradição na África tradicional'. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (orgs). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina C. Cavalcante. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed., 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SABINO, Lina L. *Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação de Cultura Catarinense, 1982.

SARTRE, Jean-Paul. 'Prefácio'. In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Em defesa dos intelectuais*. Traduzido por Sérgio Góes de Paula, apresentação por Francisco C. Weffort. São Paulo, Editora Ática, 1994.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

SERRANO, Carlos Henriques Moreira. Angola: a "Geração de 50", os jovens intelectuais e a raiz das coisas. In: *Ensaio (on line)*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2001. Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/157-angola-a-gera%C3%A7%C3%A3o-de-50--os-jovens-intelectuais-e-a-raiz-das-coisas>, acesso em 01/06/2015.

_____. 'A trajetória da elite intelectual, a "Geração de 50" e seus projetos: a nação'. In: CARDOSO, Carlos; ARAÚJO, Manuel G. Mendes de; e SILVA, Teresa Cruz e (orgs.). *"Lusofonia" em África: História, democracia e integração africana*, Codesria. Dakar, 2005.

_____. 'As elites em Angola, a informação do poder e a invenção da tradição'. In: *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos – 50 anos das independências africanas (Anais)*. Lisboa, 2010.

_____. 'Viriato da Cruz: um intelectual angolano do século XX. A memória que se faz necessária'. *África: revista do Centro de Estudos Africanos da USP*. Número especial: África única e plural, "Mélanges" em homenagem ao professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Organizado por Kabenguelê Munanga, 2012, pp. 165-178.

SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (orgs.). *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. 'Os intelectuais'. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STONE, Lawrence. 'Prosopografia'. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e Renato Monseff Perissinotto. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TRIGO, Salvato. *A poética da "geração da Mensagem"*. Coleção Literaturas Africanas. Porto: Brasília Editora, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.